



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Kassius Diniz da Silva Pontes

Ministério das Relações Exteriores,
Brasília – DF, Brazil (kassiusp@hotmail.com).

Fracasso Relativo? A política de Rio Branco para os Estados Unidos

Relative failure? Rio Branco's policy for the United States

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20005>

Recebido em 25 de janeiro de 2019

Aprovado em 3 de março de 2019

Resumo

Resenha do livro “Juca Paranhos, o barão do Rio Branco”, de Luis Cláudio Villafañe G. Santos, (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p) com foco nas relações do Brasil com os Estados Unidos.

Abstract

Review of the book “Juca Paranhos, o barão do Rio Branco”, by Luis Cláudio Villafañe G. Santos (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p), focusing on Brazil's relations with the United States.

Palavras-chave: História da Política Exterior do Brasil; Barão do Rio Branco; Política Externa da Primeira República, Relações Brasil-Estados Unidos.

Keywords: History of Brazilian Foreign Policy; Baron of Rio Branco; Brazilian Foreign Policy under the First Republic; Brazil-United States Relations.

Um dos aspectos mais difundidos da política externa do barão do Rio Branco é a alegada “aliança” que teria entabulado com os Estados Unidos, de forma a defender, pragmaticamente, os interesses do Brasil em seu entorno. Essa aliança teria permitido que o governo brasileiro tivesse desenvoltura para empreender o difícil trabalho de definição das fronteiras nacionais e desestimulado, por outro lado, intervenções de potências europeias na América do Sul, num cenário de aguda disputa interimperialista. Com o importante apoio de Joaquim Nabuco, o primeiro embaixador do Brasil em Washington, Rio Branco teria assim materializado uma inédita aproximação entre os dois maiores países das Américas, em que ambos se reconheceriam como parceiros relevantes.

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



A biografia *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*, de Luis Claudio Villafañe G. Santos, traz uma nova perspectiva sobre o assunto, adotando de maneira consistente uma visão crítica da ideia – praticamente um lugar-comum – de que Rio Branco foi o iniciador e grande protagonista de uma relação privilegiada entre Brasil e Estados Unidos. Apenas essa contribuição já basta para posicionar a obra de Villafañe como uma imprescindível referência para qualquer estudioso da história da política externa brasileira e em especial das relações entre os dois maiores países do hemisfério. Rever interpretações cristalizadas ao longo de décadas é sempre um desafio. Fazê-lo de maneira consistente, com fontes e argumentos sólidos, é tarefa que poucos logram realizar. É provável que a partir da biografia escrita por Villafañe passe a prevalecer uma nova visão das relações entre Brasil e Estados Unidos no início do século XX.

A ideia de “aliança” entre Brasil e Estados Unidos permeia a historiografia sobre o tema e tem na obra de Bradford Burns – a *Aliança Não Escrita* – sua mais acabada formulação. Publicado pela primeira vez em 1966, esse livro tornou-se a principal moldura interpretativa da política de Rio Branco com relação aos Estados Unidos. Villafañe advoga que esse “aliança não escrita” nunca existiu, não sem deixar de notar que Burns veio ao Brasil na década de 1960 para realizar pesquisas com bolsa da Fundação Ford (Santos: 2018, p. 416). Não temos aqui o objetivo de aprofundar o debate sobre a produção intelectual dos “brasilianistas”, frequentemente considerada uma mera explicitação do “imperialismo” norte-americano. O propósito desta resenha é considerar os argumentos de Villafañe em seus próprios méritos.

Um dos esteios do tratamento do tema na biografia *Juca Paranhos* é o entendimento de que a “aliança não escrita” é uma construção surgida *a posteriori* que desconsidera diversos episódios de dissensão entre Brasil e Estados Unidos ao longo da gestão de Rio Branco. Ao historiador cabe ir além do que dizem os pronunciamentos oficiais de Paranhos, em geral simpáticos aos Estados Unidos (e que formam parte do ideário que ele pretendia consolidar sobre sua ação como Chanceler), e analisar mais rigorosamente o conjunto de fatos que se desenrolaram durante todo o decênio em que esteve à frente do Itamaraty. Villafañe alicerça bem seus argumentos ao indicar uma série de episódios que fragilizam a tese de “aliança não escrita”, recorrendo, além disso, a uma visão abrangente de como os Estados Unidos avaliavam as relações de poder na América do Sul – como se destacará adiante, mostra que em alguns casos poderia haver afinidades entre Washington e Buenos Aires e que o Brasil não necessariamente era visto com favoritismo pelo seu vizinho do norte.

Um dos juízos mais peremptórios de Villafañe encontra-se não no corpo do texto, mas em nota de rodapé, que segue transcrita abaixo por sintetizar bem a visão do autor:

Se a suposta tradição de relações estreitas com os Estados Unidos desde o Império foi, em grande parte, construção de Rio Branco, a ideia de excelência inabalável das relações entre os dois países durante sua gestão se deve, em grande medida, a seus sucessores no Ministério das Relações Exteriores, como suporte para suas próprias decisões políticas. Na verdade, a política de Rio Branco para os Estados Unidos pode ser avaliada como um *relativo fracasso*, ao menos em relação a sua ilusão de ver o Brasil reconhecido e tratado por Washington como um aliado a ser consultado e considerado na elaboração e execução de suas próprias políticas. (Santos: 2018, p. 505) (itálico nosso).

Esta resenha estará centrada na análise da tese de que a política de Rio Branco para os Estados Unidos foi, nas palavras de Villafañe, um *relativo fracasso*. Nossa reflexão estará estruturada em três eixos. No primeiro, examinaremos o argumento de que as tentativas de aproximação com os Estados Unidos antecederam Rio Branco, inclusive em nível de entusiasmo. No segundo, serão apresentadas os pontos de dissonância ou discrepâncias de visão entre os dois países durante a gestão de Rio Branco (1902-1912). Por fim, arriscaremos apresentar um balanço da política de Rio Branco com relação aos Estados Unidos, à luz das ponderações apresentadas por Villafañe.

O “americanismo ingênuo” dos anos iniciais da República

Ainda que as relações entre Brasil e Estados Unidos tenham ganhado impulso a partir da proclamação da República, Rio Branco soube habilmente articular um discurso segundo o qual os dois países tinham proximidade já desde o Império – desconsiderando uma série de divergências que marcam o período. Ora, o período que vai da independência até o advento do regime republicano teve como nota distintiva um relativamente distanciamento entre as duas nações. O próprio Bradford Burns classifica essa fase como sendo de “negligência amigável” (Burns: 2003, p. 8). O Brasil via com desconfiança o expansionismo norte-americano que resultara na anexação do Texas e da Califórnia, bem com as pressões para abrir o Rio Amazonas à navegação internacional. Os Estados Unidos se ressentiam também do que consideravam reconhecimento brasileiro aos Confederados durante a Guerra Civil, ao manter abertos os seus portos aos secessionistas (Ricupero: 2002, p. 86; Pereira: 2009, p. 70; Burns: 2003, p. 80).

A ascensão dos Estados Unidos como potência mundial acelerou-se na última década do século XIX e na primeira década do século XX e Rio Branco foi, já na qualidade de Chanceler, testemunha dessa mudança notável na distribuição do poder internacional. Após assumir a chefia do Itamaraty esmerou-se, por isso, em exaltar nova grande potência, sempre a partir de uma leitura realista e pragmática do que ocorria no mundo. Durante muito tempo os Estados Unidos foram considerados o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil¹, o que contribuiu para a promoção de uma imagem positiva entre os brasileiros: tratava-se de uma nação jovem, em ascensão e interessada no fortalecimento dos vínculos entre os países das Américas. Rio Branco buscou também difundir a ideia de que desde que se tornou uma nação independente o Brasil teria esposado com entusiasmo a doutrina Monroe, como forma de conter eventual tentativa de potências europeias em recolonizar o país. Em discurso pronunciado em 1910 em homenagem ao ex-candidato à presidência dos Estados Unidos, William Jennings Bryan, Rio Branco assinalou: “O primeiro país que aderiu à doutrina de Monroe foi o Brasil, pois nesse sentido o governo imperial passou instruções à sua legação em Washington, em 23 de janeiro de 1824”². Vale notar que o Império mantinha fronteiras com três

1 Mais recentemente surgiu a tese de que a Argentina teria reconhecido a independência brasileira em 1823, antes, portanto, dos Estados Unidos, que o fizeram em maio de 1824. Cf. RANDIG: 2017, p. 114.

2 Apud: PEREIRA (org.): 2012, p. 278.

potências europeias: França, Reino Unido e Países Baixos, metrópoles da Guina Francesa, Inglesa e Holandesa, respectivamente. As possibilidades de fricção e disputas territoriais com nações do Velho Continente eram por isso um risco permanente para o Brasil, o que tornaria natural (e de seu interesse) que perfilhasse com entusiasmo o monroísmo.

Como salienta Villafañe, as alegadas afinidades que emergiram no pós-1822 devem ser matizadas. O fato é que o Brasil durante o Império o Brasil seguiu gravitando na órbita europeia, inclusive em torno da grande potência da época, o Reino Unido, cerne dos principais interesses econômicos e comerciais do país. Brasil e Estados Unidos não tinham maior intimidade diplomática ou política. Além disso, a diplomacia imperial se viu em diversos momentos absorvida pelas disputas na região do Prata, numa agenda carregada de problemas de fronteira.

É com a proclamação da República, em 1889, emerge uma maior convergência de interesses entre os dois países, engendrando um salto qualitativo em seu relacionamento bilateral. Além de afinidades ideológicas, o novo regime brasileiro reconhecia o papel predominante que teriam os Estados Unidos no hemisfério. À semelhança do que ocorrera no contexto da proclamação da independência, os republicanos brasileiros buscavam legitimar o novo regime e desestimular intervenções das potências europeias³. Mas iam além, ao mirar as vantagens de exportar cada vez mais ao pujante mercado norte-americano. Num cenário de corrida imperialista por territórios e recursos, e em que a definição das fronteiras era prioridade, o Brasil via os Estados Unidos como um elemento de equilíbrio ante a ameaça europeia: ao considerar as relações assimétricas de poder no plano internacional, cabia fazer a opção que melhor assegurasse os seus interesses fundamentais.

Doratioto se refere ao “americanismo ingênuo” do recém-instalado regime republicano, que resultara em alguns momentos num alinhamento automático aos Estados Unidos (DORATIOTO: 2014, p. 67). Rio Branco já assume o cargo de Chanceler em meio a esse “americanismo ingênuo”. Não foi com ele, por conseguinte, que surgiu uma suposta “aliança” com os Estados Unidos, muito pelo contrário: talvez um de seus principais desafios tenha sido procurar recalibrar as relações com o Washington, de modo a que eventuais alinhamentos ocorressem sempre à luz dos interesses centrais do Brasil.

Convergências e divergências

Por que a política de Rio Branco com relação aos Estados Unidos foi um “relativo fracasso” se ele logrou evitar interferências de Washington em episódios-chave do período, como o caso do *Bolivian Syndicate* e a disputa de fronteira com o Peru? Não soube ele instrumentalizar com êxito o monroísmo e as boas relações com os Estados Unidos para atingir o objetivo central de evitar

3 Episódio importante desse período foi a intervenção de forças estrangeiras, inclusive americanas, na Revolta da Armada de 1893-1894. Pressionados por Floriano Peixoto e interessados em evitar prejuízos a seus interesses econômicos, os Estados Unidos e países europeus deixaram claro aos revoltosos que não tolerariam ações armadas contra o Rio de Janeiro ou o bloqueio naval da cidade, o que contribuiu para enfraquecer os rebeldes. Cf. SMITH: 2007, pp. 493-494.

intervenções europeias no cenário sul-americano? E as relações econômico-comerciais bilaterais não floresceram durante sua gestão?

Esses são dois campos em que de fato houve convergências entre os dois países – mas não bastam para ocultar as divergências que também marcaram as relações bilaterais no início do século XX. Concentremo-nos, por ora, no campo das convergências ou alinhamentos de interesse.

No caso das disputas de fronteira, deve-se ter em conta, de início, que o afastamento de Washington das querelas territoriais na América do Sul ocorreu não por um apreço especial ao Brasil, mas também porque era de seu interesse não imiscuir-se em contenciosos entre países da região. A área de projeção privilegiada dos Estados Unidos (como reconhecia o próprio Rio Branco) era o Caribe e a América Central, cujos países padeceram com diversas intervenções militares norte-americanas a partir do final do século XIX até o advento da política de “boa vizinhança” de Franklin Roosevelt, já na década de 1930. Rio Branco via essas intervenções com alguma naturalidade, já que compartilhava muito do ideário que diferenciava os países “civilizados” daqueles que ainda estariam em fases mais “rudimentares” de desenvolvimento. Como pondera Villafañe, Rio Branco tinha uma “visão intrinsecamente oligárquica sobre o real funcionamento das relações internacionais”, que envolvia inclusive a relativização do princípio da igualdade entre as nações (Santos: 2018, p. 389).

Dessa forma, o essencial para Rio Branco era manter boas relações com Washington, assegurar sua “neutralidade” e garantir sua disposição em invocar o monroísmo quando surgissem ameaças vindas da Europa. Nesse caso o alinhamento entre os países ocorria de maneira natural, já que os Estados Unidos se opunham a qualquer tentativa europeia de penetrar no que via como sendo sua zona de influência. Isso *não* quer dizer que o faziam porque respeitavam uma suposta preponderância brasileira em seu entorno geográfico. Essa visão de que os Estados Unidos eram um anteparo contra eventuais ataques ao Brasil foi disseminada pelo próprio Rio Branco: como assinalou em artigo publicado em 1906 e destacado por Villafañe, “todas as manobras empreendidas contra este país [o Brasil] em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos (...)” (Apud: PEREIRA (org.): 2012, p. 142).

Tratava-se não de um caso de “velha amizade” que existiria “desde 1823 até hoje”, mas de uma decisão de Washington à luz de seus próprios interesses. Esse alinhamento natural desdobrou-se também em gestos de “amizade” da parte de Rio Branco, ao aceitar o “corolário Roosevelt” à doutrina Monroe (apoiando formalmente a independência do Panamá, que se separava, por ação norte-americana, da Colômbia) e ao recusar-se em apoiar a doutrina Drago, proposta pela Argentina, que condenava o uso da força contra países devedores.

Uma segunda linha de convergência que se desenhou no período Rio Branco também de maneira natural – e isso quer dizer que ocorreria ainda que fosse outro o Chanceler – foi o aprofundamento de laços econômicos mais profundos com os Estados Unidos. É incontroverso que essas relações vinham se adensando já desde o final do século XIX. Villafañe é feliz ao recordar o nome de Salvador de Mendonça, personagem que teve papel proeminente na promoção de boas relações com os Estados Unidos. Cônsul em Nova York desde 1875 e ministro em Washington a partir de 1890, Mendonça percebeu a importância do mercado norte-americano e trabalhou para que os dois países celebrassem

um tratado formal, o que resultou num acordo de reciprocidade em 1891, também conhecido como acordo Blaine-Mendonça (PEREIRA: 2009, pp. 69-105; HIRST: 2013, p. 32). Em decorrência desse entendimento, os principais produtos de exportação brasileiros – café, borracha, açúcar, couros – passaram a ingressar no mercado norte-americano livres de qualquer tipo de gravame. Já os Estados Unidos se beneficiaram de redução tarifária numa longa lista de produtos, inclusive máquinas, aço e produtos lácteos (SMITH: 2007, p. 477). Mesmo com o fim do acordo em razão da oposição do Congresso brasileiro à concessão de benefícios recíprocos, os Estados Unidos continuaram concedendo isenção às importações brasileiras, por meio da chamada Tarifa Dingley, adotada em 1897. Assim, no final do século XIX (mais uma vez antes de Rio Branco assumir o cargo de Chanceler) já haviam se tornado o principal mercado para os produtos brasileiros, como café, borracha e cacau.

A intensificação das trocas bilaterais ganhou vulto no período Rio Branco e mudou por completo a inserção do Brasil no cenário do comércio mundial. Entre 60% a 70% das exportações de café – produto que dominava a pauta de exportação brasileira – eram direcionados, no início do século XX, ao mercado norte-americano (MONIZ BANDEIRA: 1989, p. 25). Em 1912, ao final da gestão Rio Branco, os Estados Unidos adquiriam 36% das exportações brasileiras – o segundo colocado, o Reino Unido, comprava apenas 15% (BURNS: p. 84). O fato de os Estados Unidos haverem se tornado o mais importante parceiro comercial brasileiro gerou insatisfação em Londres, cujo governo não tinha, porém, meios para reverter esse processo⁴.

Exportações brasileiras por destino, 1870-1904 (% do valor total)

País	1870-1873	1902-1904
Grã-Bretanha	39,4	18,0
Estados Unidos	28,8	43,0
França	7,5	7,8
Alemanha	5,9	15,0
Portugal	5,8	1,0
outros	12,6	15,2

Fonte: José Truda Palazzo, *Estudos de Economia Internacional*, p. 299-300. Extraído de ALMEIDA: 2017, p. 132.

Villafañe refere-se aos esforços de Rio Branco para conceder preferências tarifárias aos Estados Unidos e dessa forma demonstrar a boa vontade brasileira com aquele que se tornava seu principal parceiro comercial. Cabe aqui um esclarecimento importante: embora exportasse muito, o Brasil ainda comprava pouco dos Estados Unidos. Durante o período de Rio Branco, vendia aos Estados Unidos quatro vezes mais do que importava – embora a quase totalidade das exportações brasileiras estivesse isenta de tarifas, o Brasil impunha às importações dos Estados Unidos uma tarifa média de 45% (BURNS: 2003, p. 84). Essa tendência negativa já havia sido detectada duas décadas antes

4 “The new Brazilian republic (...) showed no more willingness to comply with British wishes than had the empire just a few years earlier”. SMITH, 2007, p. 478.

pelo presidente Grover Cleveland, que teria proposto (sem sucesso) ao já mencionado Salvador de Mendonça, em 1887, uma aproximação econômica baseada numa união aduaneira, como forma de contornar o protecionismo brasileiro e incrementar as vendas norte-americanas (PEREIRA, 2009, pp. 73-74; SMITH, 2007, p. 474). Esmerando-se em manter boas relações com os Estados Unidos, Rio Branco buscou, a despeito da oposição de setores protecionistas no Congresso Nacional, obter concessões benéficas aos norte-americanos.

A complementar a intensificação dos laços econômicos, os dois países decidiram, em 1905, elevar à categoria de embaixada suas respectivas representações diplomáticas. Esse evento é visto como a consagração do deslocamento do eixo político-diplomático da Europa para os Estados Unidos. Afinal, a decisão de Rio Branco de estabelecer a embaixada ocorreu, simbolicamente, apenas dois meses após Theodore Roosevelt anunciar o seu corolário à doutrina Monroe (BUENO: 2003, p. 155).

Em síntese, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos estava assentada em “interesses sólidos” (Santos: 2018, p. 350). Mas o cenário não era completamente róseo, e atribulações também se fizeram presentes nas relações com Washington.

Rio Branco aspirava a que o Brasil se tornasse um aliado privilegiado dos Estados Unidos, diferenciando-se das demais repúblicas sul-americanas que viam com desconfiança o grande países do norte. É pertinente, por isso, a observação de Villafañe de que o pan-americanismo de Rio Branco era “seletivo” (Santos: 2018, p. 351) e direcionado sobretudo ao cultivo de boas relações com os Estados Unidos. Em comparação com a Argentina, por exemplo, o Brasil tinha a vantagem de ter produtos de exportação que não competiam com os norte-americanos no mercado mundial. As condições eram assim propícias para uma possível relação privilegiada, capaz de fortalecer ainda mais sua posição frente aos países vizinhos – notadamente a própria Argentina, contra a qual se insinuava uma corrida armamentista. No entanto, não tivemos uma tradução concreta, em sua completude, dessa ambição brasileira, como demonstram os episódios de divergência entre os dois países.

Dentre esses episódios, destacam-se os atritos na Conferência de Paz da Haia, em 1907, quando os Estados Unidos não se empenharam em apoiar alguns dos principais pleitos brasileiros. A despeito de todos os seus esforços, o Brasil ficou isolado na oposição à criação de um tribunal de presas marítimas e Washington não apoiou a ambição brasileira de recuar em sua proposta de criar um tribunal arbitral de natureza permanente em que a América do Sul teria representação mínima. Da mesma forma, as relações entre os Estados Unidos e a Argentina melhoravam, a partir da decisão de Buenos Aires de adquirir encouraçados em estaleiros estadunidenses. Os Estados Unidos, por sua vez, não apoiavam o Brasil em seu desejo de rearmar-se, preferindo defender um equilíbrio naval com a Argentina.

O trabalho de Villafañe tem a virtude de dar o devido peso aos episódios da Haia e do rearmamento naval. Em ambos os casos estava em jogo o desejo brasileiro de ser reconhecido como um parceiro importante dos Estados Unidos. E em ambos os casos o Brasil fracassou. Não por acaso, Rio Branco desabafou nessas ocasiões que “não somos amigos incondicionais” (Santos: 2018, p. 417) e que o apoio norte-americano só existiria em “palavras bonitas” (Santos: 2018, p. 429). É necessário frisar que nesses dois casos colocava-se em questão a auto-avaliação do peso relativo do Brasil no

mundo e em sua própria região. No primeiro caso, os Estados Unidos escusaram-se de reconhecer o país como um ator relevante no cenário mundial – qualidade que viam apenas nos países europeus e Japão. No segundo caso, Washington favorecia uma espécie de equilíbrio de poder no Cone Sul, evitando favorecer o Brasil frente à Argentina (a despeito dos propalados laços mais próximos deste país com a Europa).

Fracasso relativo?

Um balanço equilibrado dos resultados da gestão de Rio Branco com relação aos Estados Unidos deve levar em consideração todos esses fatores. As convergências entre os dois países aconteceram de forma natural, mas não adquiriram a escala pretendida pelo Brasil. Por outro lado, não houve um alinhamento automático. Como assinala Villafañe, “aliar-se a Washington não significava submissão, mas mera convergência de valores e interesses” (Santos: 2018, p. 376). Quando os interesses conflitavam, os Estados Unidos não hesitavam em seguir sua própria política, ainda que isso gerasse insatisfação no Brasil.

A tese de uma aliança especial entre os países é ainda mais questionável em razão da evidente discrepância de poder e projeção internacional entre as duas nações já àquela época. E aqui Villafañe dá outra contribuição importante à interpretação do período ao expurgar de sua análise a tendência à uma visão autocongratatória da atuação de Rio Branco e à presença do próprio Brasil no mundo:

Interessava ao Brasil aparecer como aliado da potência norte-americana em alguma medida. Esta, de seu lado, sem dúvida apreciava a predisposição brasileira de assimilar e defender suas posições, em especial em vista da crescente hostilidade do restante da América Latina. Washington, porém, estava voltada para seus próprios objetivos, sem maiores preocupações com os planos de um país periférico como o Brasil. (Santos: 2018, p. 416)

Num momento em que a projeção dos Estados Unidos se espalhava pelo planeta, de fato é difícil conceber a disposição do país em manter qualquer aliança com um país como o Brasil e reconhecê-lo como um “igual” a ponto de apoiar pretensões que poderiam contrariar, ainda que tenuemente, seus próprios interesses.

Dessa forma, a tese de que a política de Rio Branco foi um fracasso relativo é pertinente, ao considerar tanto a existência de convergências quanto a falta de qualquer resultado na obtenção de apoio dos Estados Unidos para que o Brasil fosse conhecido como uma “potência” ou ator de destaque no cenário global, ou mesmo que tivesse maior predominância em sua própria região (tomamos em conta, aqui, a corrida armamentista com a Argentina).

Independentemente da discussão específica sobre resultados, e tendo em vista que tanto os antecessores como os sucessores de Rio Branco esmeraram-se em manter boas relações com os Estados Unidos, resta a questão de identificar qual seria então o traço diferenciador de sua gestão nesse campo particular. Aqui cabe invocar Rubens Ricupero: o que Rio Branco soube sim perceber foi

a existência de um “vácuo na esfera de relacionamento com as potências predominantes do sistema mundial” (Ricupero: 2002, p. 86). Atento aos interesses do Brasil em evitar a ação imperialista dos países europeus (inclusive a Alemanha em plena ascensão) e em manter boas relações com o país que já se anunciava o principal mercado para o café, Rio Branco articulou um conjunto de ideias assentadas na premissa da relação privilegiada entre Brasil e Estados Unidos. Essas ideias se integraram a um conjunto de princípios e diretrizes que podem ser entendidas como um novo “paradigma” de política externa.

O que é mais questionável – e, repita-se, Villafañe oferece notável contribuição para o debate desta questão – é a visão de que esse paradigma “americanista” (PINHEIRO, p. 19; ROSI, p. 269) foi completamente bem-sucedido. Na historiografia diplomática a referência a “paradigmas” de política externa é reservada a momentos-chave. Para Ricupero, a partir de Rio Branco é como se “a política exterior se metamorfoseasse num duplo movimento de universalização e integração” (RICUPERO: 2017, p. 307), já que no período imperial ela estaria delimitada ao círculo mais restrito dos países platinos. Ao ampliar o escopo de atuação do Brasil, Rio Branco teria capitaneado o primeiro grande paradigma do Brasil republicano⁵, ao reconhecer o progressivo deslocamento do eixo de poder internacional da Europa para os Estados Unidos, estabelecendo uma relação mais próxima com Washington de forma a fortalecer a posição do Brasil em face dos países vizinhos. Villafañe critica tanto a ideia de que Rio Branco foi o responsável por esse “deslocamento” do eixo diplomático – “o que é falso, pois esse movimento fazia parte do programa republicano desde 1870” (Santos: 2018, p. 485) – como a concepção de que Brasil e Estados Unidos mantiveram-se sintonizados durante todo o período.

A ascendência dos Estados Unidos no plano das relações exteriores do Brasil tornara-se inevitável em razão da própria hegemonia que o gigante norte-americano adquiria no plano global. Rio Branco procurou dar sentido realista e pragmático a essa aproximação, buscando neutralizar a ação de potências europeias e garantindo para o Brasil maior latitude de atuação em sua própria região. Era esse o objetivo que o animava na “releitura” (ou instrumentalização) da doutrina Monroe, e não uma ingenuidade ou total afinidade ideológica com o “americanismo”. Villafañe assinala, por exemplo, o “americanismo” de Rio Branco era sobretudo uma “posição intermediária” que não poderia ser equiparada ao entusiasmo que Joaquim Nabuco começou a manifestar já como Embaixador em Washington (Santos: 2018, p. 368).

A biografia escrita por Villafañe tem a virtude de contribuir para o debate sobre esse rico período ao trazer uma nova interpretação sobre a natureza das relações entre Brasil e Estados Unidos no período, fugindo dos lugares-comuns e sem hesitar em apontar claramente suas discordâncias com perspectivas que consolidaram ao longo de décadas. É justamente essa clareza na apresentação de argumentos que enriquecerá significativamente os debates sobre os temas que suscita. Representa, dessa forma, uma salutar e bem-vinda renovação interpretativa de um tema central para a história da política exterior do Brasil.

5 Os três eixos centrais desse paradigma seriam a política territorial (definição de fronteiras por meio de negociação), as relações assimétricas de poder (especialmente com os Estados Unidos) e as relações de relativa igualdade ou simetria de poder (esforço de criar vínculos com os países vizinhos, talvez criando um subsistema de equilíbrio de poder) (RICUPERO, 2017, pp. 308-315).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica do Brasil – volumes I e II*. 3ª. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017.
- BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa da Primeira República*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BURNS, Bradford. *A Aliança Não Escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Editora, 2003.
- CRANDALL, Britta. *Hemispheric Giants: the Misunderstood History of US-Brazilian Relations*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. 2a. ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco – Biografia*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1995.
- MADRID, Eduardo; RAPOPORT, Mario e FIGALLO, Beatriz. El papel de Gran Bretaña y Estados Unidos en Argentina y Brasil: del siglo XIX al fin de la Segunda Guerra Mundial. Asociación Uruguaya de Historia Económica. 2011. Disponível em: <http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/montevideo%202011.pdf>. Acesso em 09/01/2018.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil e Estados Unidos: a Rivalidade Emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- PEREIRA, Gabriel Terra. *A Diplomacia da Americanização de Salvador de Mendonça: 1889-1898*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Obras do Barão do Rio Branco – Vol IX: Discursos*. Brasília: FUNAG, 2012.
- PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- RANDIG, Rodrigo Wiese. Argentina, Primer País en Reconocer la Independencia de Brasil. In: *Archivos del Presente*, ano 21, n. 65, 2017.
- RICUPERO, Rubens. *Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. 2ª ed. Brasília: FUNAG/MRE, 2002.
- RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- ROSI, Bruno Gonçalves. Joaquim Nabuco, uma luz brasileira em Washington. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. V. 6, n. 11, Jan/Jun 2017.
- SANTOS, Luis Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SMITH, Joseph. Limits of Diplomatic Influence: Brazil versus Britain and the United States, 1886-1894. In: *History*, vol. 92, n. 4 (308), 2007.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal/FUNAG, 1996.